

O QUE NÃO FAZER NA CONDUÇÃO DOS CONTRATOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021

NOS CONTRATOS DE COMPRAS E
SERVIÇOS

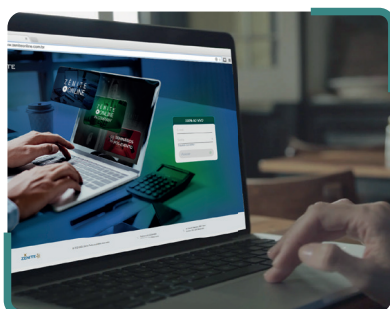
AO VIVO



12 a 16 de
agosto

O Curso

Capacitação essencial para servidores públicos que lidam com contratações de compras e serviços, com uma visão abrangente e detalhada dos erros mais comuns a evitar na condução de contratos, abrangendo desde a fase de planejamento até a execução e eventual extinção do contrato. Com instruções ministradas por um time de especialistas, os participantes serão guiados através de práticas e procedimentos críticos estabelecidos pela nova legislação.



Uma oportunidade imperdível para servidores públicos que buscam a excelência na gestão de contratos e desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a Lei nº 14.133/2021, seus Regulamentos e as orientações das Cortes de Contas, evitando as armadilhas e os erros comuns que podem comprometer tanto a legalidade quanto a efetividade das contratações públicas.

Razões para não ficar de fora

Conhecimento Aprofundado da nova Lei de Licitações e Contratos:

Entender profundamente a Lei Nº 14.133/2021 é indispensável para evitar falhas e atuar com segurança jurídica. Este curso desvenda complexidades e nuances da lei que são vitais para a gestão eficaz dos contratos públicos.

Prevenção de Irregularidades e Responsabilizações:

Estratégias para prevenir erros que podem levar a sanções legais ou administrativas. Aprenda atuar e conduzir corretamente os fluxos e formalidades, garantindo a conformidade e a integridade no processo.

Melhoria da Eficiência dos contratos:

Otimizar processos e eliminar práticas ineficazes, resultando em uma gestão mais ágil e menos suscetível a falhas, atrasos e contestações.

Uma visão aplicada do tema:

Abordagem com foco aplicado, apresentação de exemplos, casos, passo a passo e as melhores práticas

Atualização Profissional:

Manter-se atualizado com a nova Lei e Regulamentações e as melhores práticas é fundamental. Este curso não apenas oferece uma atualização, mas também prepara os servidores para lidar com cenários complexos e dinâmicos da contratação pública moderna.



Diferenciais do Zênite Online:

Plataforma própria Zênite para realização do curso

Aulas 100% ao vivo

Replays disponíveis por 7 dias

Metodologia que permite troca de conhecimento, enfoque aplicado e uso da tecnologia

Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Professores especializados

Quem deve participar?



Fiscais e gestores de contratos



Equipes de fiscalização, departamento de contratos



Assessores, procuradores jurídicos e advogados



Audidores



Controles interno e externo



Agentes públicos envolvidos na elaboração das minutas contratuais e na fiscalização da execução dos contratos administrativos de compras e serviços

Agenda



Realização

12 a 16
de agosto



Carga Horária

20 horas



Horários

14h às 18h

As aulas terão duração diária de 4h, sendo aproximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder a perguntas.



Replay

As aulas poderão ser assistidas por até **7 dias após sua realização**

Conheça os professores



Gustavo Carvalho Schiefler

Advogado. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador visitante no Max-Planck-Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht. Educação Executiva pela Harvard Law School (Program on Negotiation). Integra a equipe de consultores externos da Zênite Informação e Consultoria S.A. Autor da obra *Procedimento de manifestação de interesse – PMI* (Lumen Juris, 2014). Coautor da obra *Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade de licitação pública* (Zênite, 2015).



José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência; e Presidente de Comissões Especiais Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo



Aulas 1 e 2

Dias 12 e 13 de agosto, das 14h às 18h

Professor: José Anacleto Abduch Santos

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS DA CONTRATAÇÃO, REGIME A SER APLICADO, AGENTES E RESPONSABILIZAÇÃO

O que **NÃO** fazer quanto a:

- 01 Documentos de planejamento e de contratação
- 02 Reflexos dos regimes antigo e novo
- 03 Atribuições e segregação de funções entre fiscais e gestor
- 04 Preposto da empresa e fluxo de comunicação
- 05 Dúvida técnica e/ou jurídica
- 06 Ações e omissões durante a execução do contrato

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO À FORMALIZAÇÃO E PUBLICIDADE

O que **NÃO** fazer quanto a:

- 07 Instrumento de formalização do contrato e instrumentos substitutivos
- 08 Minutas padronizadas e pré-aprovadas
- 09 Veículos e prazos de publicidade dos contratos
- 10 Cláusulas necessárias nos contratos

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO À MANUTENÇÃO DE CONDIÇÕES, RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO E SUBCONTRATAÇÃO

O que **NÃO** fazer quanto a:

- 11 Condições de habilitação, participação e de execução contratual
- 12 Recebimento provisório e definitivo

Programa completo

13 Glosa e retenção de pagamento

14 Subcontratação

15 Subcontratação – previsão e ausência de previsão

16 Subcontratação e limites

17 Subcontratação e habilitação

18 Subcontratação e responsabilidade



Aulas 3 e 4

Dias 14 e 15 de agosto, das 14h às 18h

Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO À DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS

O que **NÃO** fazer quanto a:

19 Prazo e prorrogação

20 Prorrogação automática dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos

21 Prorrogação automática dos contratos por escopo

22 Formalização da prorrogação

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DOS CONTRATOS

O que **NÃO** fazer quanto a:

23 Alterações qualitativas e quantitativas

24 Desnaturação do objeto / limites para as alterações

Programa completo

- 25** Base de cálculo das alterações contratuais
- 26** Alterações sem repercussão no valor global / formalização
- 27** Alteração do contrato e reequilíbrio econômico-financeiro
- 28** Prévia formalização
- 29** Antecipação dos efeitos do termo aditivo

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO À GESTÃO DE RISCOS, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO

O que NÃO fazer quanto a:

- 30** Gestão de riscos na condução dos contratos
- 31** Instrumentos de gestão de riscos
- 32** Matriz de alocação dos riscos
- 33** Reajuste, repactuação e direito à revisão do contrato
- 34** Cláusula de reajustamento contratual
- 35** Contagem do prazo de reajustamento
- 36** Reajustamento dos materiais e insumos nos contratos de serviços com dedicação exclusiva
- 37** Reajustamento de contratos cujo critério de julgamento foi o maior desconto sobre planilha/orçamento
- 38** Preclusão do direito ao equilíbrio econômico-financeiro
- 39** Oscilação dos preços e revisão
- 40** Regimes de execução e direito à revisão do contrato
- 41** Formalização de alterações e o termo aditivo



Aula 5

Dia 16 de agosto, das 14h às 18h

Professor: Gustavo Carvalho Schiefler

O QUE NÃO FAZER EM RELAÇÃO À EXTINÇÃO DO CONTRATO, CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE E A APLICAÇÃO DE SANÇÕES

O que **NÃO** fazer quanto a:

- 42** Extinção do contrato
- 43** Direito à extinção do contrato
- 44** Contratação de remanescente
- 45** Definição de sanções e multa contratual
- 46** Cumulação de sanções
- 47** Multas moratória e indenizatória
- 48** Abrangência das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade
- 49** Processo administrativo - extinção e aplicação de sanções
- 50** Desconsideração da personalidade jurídica

INVESTIMENTO

R\$ 3.270,00 / PARTICIPANTE*

- ★ Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- ★ Apostila digital específica do curso
- ★ Certificado

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, os quais são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, de reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258